

CPI suspende vendas de terrenos irregulares e proíbe novos loteamentos em Águas Lindas para salvar Descoberto

# O SUPLÍCIO DAS ÁGUAS

Karina Falcone  
Da equipe do Correio

**E**ncravada na poeira, sem ao menos um quilômetro de rua asfaltada, ainda assim Águas Lindas é a cidade que mais cresce no Estado de Goiás, segundo divulga a prefeitura. O que a propaganda municipal não diz é que Águas Lindas cresce muito porque se expande por todos as áreas, inclusive as proibidas. São 210 lotes vendidos e apenas quatro deles atendem a todos os critérios de ocupação de área pública.

Alta especulação imobiliária, seguida de crime ambiental. O caso que beneficia alguns e ao mesmo tempo prejudica milhares de pessoas virou tema de investigação na Câmara Municipal de Águas Lindas, que desde ontem instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apontar responsáveis e punir os culpados.

Em um dia de trabalho oficial, os vereadores conseguiram abrir inquérito civil público contra uma imobiliária que estava vendendo 60 terrenos em áreas irregulares. As vendas foram suspensas, assim como está proibida qualquer concessão para loteamento na cidade.

Ainda esta semana, o promotor público de Luziânia, Marcos Ferreira, deverá pedir ao juiz a prisão de cinco donos de imobiliárias. "Não é preciso esperar mais nenhum trâmite legal. A partir do momento que essas pessoas venderem áreas de preservação ambiental, elas já estão em flagrante delito. Basta só emitir o mandado de prisão", explica o promotor.

## POLUIÇÃO

O povoamento desordenado e irregular de Águas Lindas, ao lado da Barragem do Descoberto, está poluindo a fonte de abastecimento de 60% das cidades do Distrito Federal e ameaçando o consumo de água de mais de um milhão de pessoas.

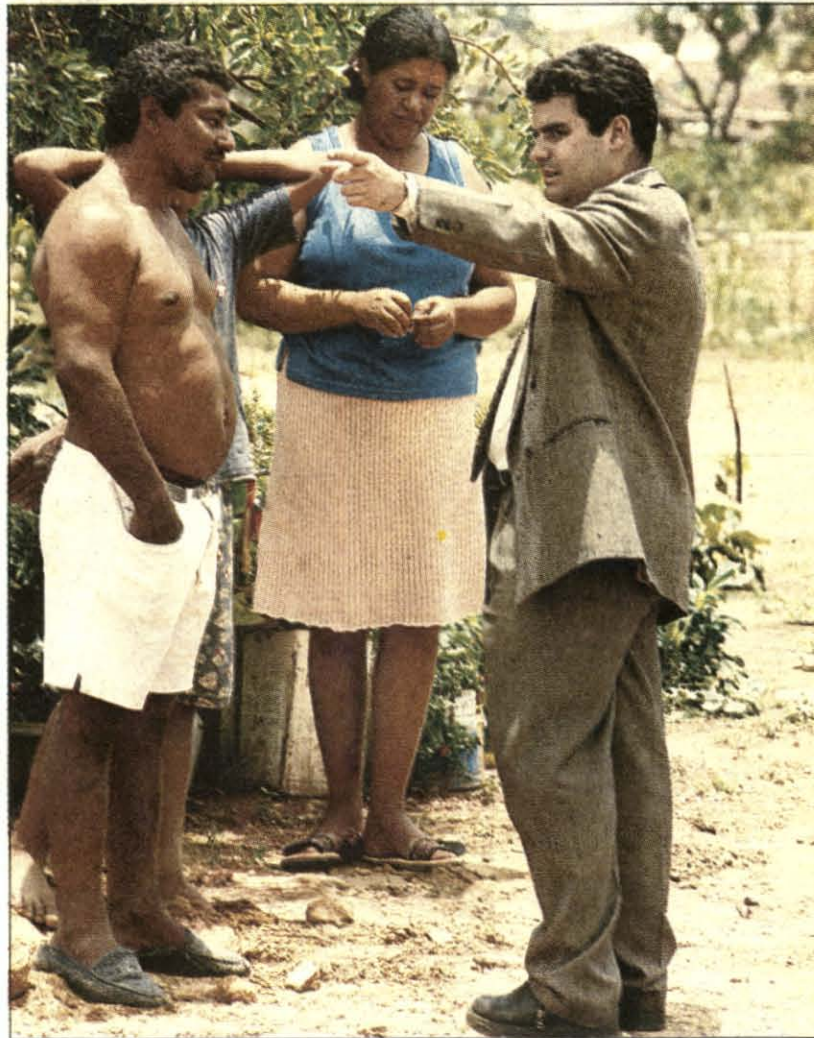
O desmando começa pelo poder público, que autoriza as ocupações irregulares e, com isso, institui um poder paralelo: o dos donos de imobiliárias. Vendendo áreas demarcadas pelo Ibama como de "preservação ambiental", as empresas descobriram o filão há alguns anos e se instalaram na cidade. Em menos de dez anos, Águas Lindas deu um salto populacional de 3 mil habitantes para 80 mil.

O lote mais barato é vendido, em média, por R\$ 4 mil, podendo ser financiado em até 36 meses. Um bom negócio. Ou ainda uma ótima oportunidade para realizar o sonho da casa própria. Isso tudo caso não se tratassem de compras ilegais, sujeitas a punições do poder público.

Fotos: Paulo de Araujo



Especulação imobiliária em Águas Lindas avança às margens da Barragem do Descoberto. Para frear ameaça ao abastecimento de água, Câmara vai propor desocupação de áreas de proteção ambiental



Alvarenga (de terno), presidente da CPI da água: remover é a solução

## Investindo tudo no lugar errado

Até agora, R\$ 13 milhões foram gastos. O dinheiro foi economizado durante "toda a vida" e investido aos poucos, num prazo de quase dois anos. Esse foi o planejamento traçado por Jânio Carneiro, 34 anos, para construir a sua casa própria. Soldado da Companhia Militar do Senado, ele não sabia que há dois anos investe todo o seu dinheiro em um loteamento enquadrado pelo Ibama como ilegal.

Jânio comprou o terreno em uma Área de Preservação Ambiental (APA). Por 360 metros quadrados, ele pagou aproximadamente R\$ 7 mil. Ou melhor, ainda paga. O negócio foi financiado pela imobiliária Inel em 36 meses, com parcelas reajustáveis anualmente.

"Como ia adivinhar que isso aqui é um terreno irregular? Aqui tem água, luz, telefone e até conta do IPTU para pagar", diz o militar, ainda confuso com a notícia do seu delito.

A casa está praticamente concluída. São dois quartos, uma sala, um banheiro e uma cozinha. No quintal, o esboço do que será uma piscina. Tudo bem traçado, apesar de em linhas modestas, para deixar de pagar o aluguel de uma casa no P Sul.

"Economizei durante toda a mi-

nha vida para construir essa casa. Queria um lugar decente e longe da violência para criar meus dois filhos. Para mim não interessa ser transferido para outro lugar. Quero viver no que é meu e onde eu escolhi", desabafa.

## REMOÇÃO

Pelas metas que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) está traçando, Jânio Carneiro terá de achar outro lugar para construir e habitar. O presidente da comissão, vereador Ricardo Alvarenga (PSB), diz que a permanência dos loteamentos nas APAs é impossível.

"Não queremos desencadear um processo de retiradas. As famílias que estão instaladas em áreas irregulares, mas que não são classificadas como APAs, estão garantidas. Mas as determinadas pelo Ibama como de preservação terão de ser desocupadas. Caso contrário, corremos o risco de perder irremediavelmente a Barragem do Descoberto", explica Alvarenga.

O objetivo principal da CPI é identificar e punir os responsáveis pela venda de lotes. Tentar remover a cidade seria uma missão tão difícil quanto a retirada de duas invasões

iguais à da Estrutural. Com a diferença que em Águas Lindas as irregularidades estão entre os órgãos públicos e privados. Os moradores pagam e têm registradas em cartório as suas terras ilegais.

Depois de vários anos autorizando ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental, os órgãos públicos contribuíram para estabelecer uma cidade que funciona indiferente a leis e autoridades.

O ex-prefeito de Águas Lindas, Ordalino de Melo (PMDB), dá o exemplo para os seus eleitores: construiu uma casa de dois pavimentos exatamente em um dos terrenos demarcados pelo Ibama.

A próxima sessão da CPI está marcada para a quarta-feira. Nesta etapa, todos os donos de imobiliárias que estão vendendo lotes em Águas Lindas serão chamados para depor.

O ex-prefeito de Santo Antônio do Descoberto e a diretoria da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás (Femago) também serão convocados. A suspeita da CPI é de que a maioria dos lotes irregulares foi autorizada nos últimos quatro anos, com o consentimento do ex-prefeito e do órgão público. (KF)